

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.217.937 - SP (2017/0313823-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : DAVID VALDEMAR IAVELBERG**  
**ADVOGADO : CÍCERO LUIZ BOTELHO DA CUNHA - SP103579**  
**AGRAVADO : FERNANDO ROBERTO GOMES BERALDO**  
**AGRAVADO : RENATO DOURIVAL LERNER**  
**AGRAVADO : CENTRAL-AVES COMERCIO IMPORTACAO E**  
**EXPORTACAO LTDA**  
**AGRAVADO : JAYME LAVALBERG**  
**AGRAVADO : ITA BER IAVELBERG**  
**AGRAVADO : BORIS IAVELBERG**  
**AGRAVADO : MOISES IAVELBERG**  
**ADVOGADO : PAULO DE TARSO ANDRADE BASTOS - SP060670**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **DAVID VALDEMAR IAVELBERG**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 231/233, e-STJ).

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, III, "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Ação de Execução de Título Extrajudicial - Inconformismo do agravante diante da r. decisão proferida determinando avaliação de imóvel penhorado – Suposta nulidade da intimação não alegada no momento oportuno – Matéria já apreciada em decisões anteriores – Inteligência do art. 278, do CPC – Ocorrência da preclusão - Recurso não conhecido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 158/162, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre agravo de instrumento visando reformar decisão do Juízo de primeiro grau que determinou a avaliação de bem imóvel penhorado nos autos. O Tribunal *a quo* não conheceu o reclamo.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 736, 737, I e 738, I, do CPC/73. Sustenta, em síntese, que a matéria discutida não está preclusa.

Contrarrazões às fls. 209/229, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob os seguintes argumentos: (i) incidir a súmula 7 do STJ; e (ii) ausência de negativa a prestação jurisdicional.

Daí o presente agravo (fls. 236/250, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual o recorrente busca refutar os óbices elencados pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 252/270, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece prosperar**.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Quanto à apontada violação do artigo 1022, do CPC/15, não assiste razão ao recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. (**Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Destaque-se, por oportuno, que a matéria apontada como omitida - **i)** recusou o acórdão guerreado conhecer de ofício de uma nulidade absoluta (falta de intimação da penhora a deflagrar o prazo para o exercício do direito de defesa); **ii)** decretou o acórdão guerreado a perda do prazo do direito do recorrente impugnar uma irregularidade no processo (preclusão temporal) em período em que este sequer era parte na demanda; e **iii)** aplicou o acórdão guerreado coisa julgada material, a que erroneamente chamou de preclusão - foi objeto de debate pela Corte local, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 132/134, e-STJ):

"[...] O presente agravo de instrumento não merece conhecimento, **pois a matéria está preclusa**. Em contraminuta fls. 56/73, o agravado, Fernando Roberto Gomes Beraldo, **comprova que o tema alegado pelo agravante no presente recurso, já foi amplamente abordado nos Embargos de Terceiro nº 0115481-61.2007.8.26.0100**, conforme trecho da r. sentença abaixo transcrevo para melhor elucidar a questão: (fls. 103/107): [...] Saliento que, longo de 15 anos tempo decorreu entre a penhora e a arguição de nulidade, **o agravante se manifestou nos autos em diversas oportunidades, sem arguir qualquer vício nas manifestações ofertadas. Por certo, o vício alegado na intimação deveria ter sido suscitado, na primeira oportunidade em que se manifestou nos autos. No entanto, nada arguindo durante 15(quinze) anos, razão não lhe assiste para tardiamente alegar nulidade, aplicando-se ao caso o disposto no caput do art. 278 do NCPC.**".

Portanto, verifica-se que a controvérsia foi integralmente solucionada pelo Tribunal de origem, com fundamento suficiente, não estando caracterizada a ofensa ao artigo art. 1.022, CPC/15, **pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional**, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

1. Não há falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/15, porquanto todas

as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos.

2. A matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte Superior nos termos do que decidido pelo Tribunal local, no sentido de que a presunção de veracidade da condição de hipossuficiência do postulante da assistência judiciária gratuita é relativa, e não absoluta, não acarretando o acolhimento automático do pedido. Precedentes.

3. Outrossim, a pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a condição econômica da parte agravante exigiria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1372130/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

3. No caso concreto, o Tribunal local, após análise do acervo fático-probatório, entendeu que a questão estaria acobertada pela preclusão, pois amplamente debatida nos embargos de terceiros de nº 0115481-61.2007.8.26.0100. Confira-se trecho extraído do aresto hostilizado (fls. 132/134, e-STJ):

"[...] O presente agravo de instrumento não merece conhecimento, **pois a matéria está preclusa**. Em contraminuta fls. 56/73, o agravado, Fernando Roberto Gomes Beraldo, **comprova que o tema alegado pelo agravante no presente recurso, já foi amplamente abordado nos Embargos de Terceiro nº 0115481-61.2007.8.26.0100**, conforme trecho da r. sentença abaixo transcrevo para melhor elucidar a questão: (fls. 103/107): [...] Saliento que, longo de 15 anos tempo de decorreu entre a penhora e a arguição de nulidade, **o agravante se manifestou nos autos em diversas oportunidades, sem arguir qualquer vício nas manifestações ofertadas. Por certo, o vício alegado na intimação deveria ter sido suscitado, na primeira oportunidade em que se manifestou nos autos. No entanto, nada arguindo durante 15(quinze) anos, razão não lhe assiste para tardiamente alegar nulidade, aplicando-se ao caso o disposto no caput do art. 278 do NCPC.**".

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.AGRAVO DE INSTRUMENTO. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. PRECLUSÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. No presente caso, não é possível rever a conclusão do acórdão recorrido em relação à questão discutida estar acobertada pela coisa julgada e pela preclusão, uma vez que seria necessário o

**reexame do conjunto fático-probatório dos autos, que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.**

2. O STJ possui firme o entendimento no sentido de que "ainda que a questão seja de ordem pública, há preclusão consumativa se a matéria tiver sido objeto de decisão anterior definitivamente julgada" (AgRg no AREsp 630.587/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 28/6/2016, Dje 1/7/2016).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1064314/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 28/08/2018)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. LIMITES DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXTRAPOLAÇÃO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS E PESSOAIS DO TÍTULO EXECUTIVO. SÚMULA 83/STJ. ILEGITIMIDADE ATIVA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. CÁLCULOS. PRECLUSÃO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 283/STF. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. As razões recursais relativas à legitimidade ativa da parte e aos limites geográficos da decisão coletiva cujo título é objeto do cumprimento individual encontram óbice na Súmula 83 do STJ, que determina a pronta rejeição dos recursos a ele dirigidos, quando o entendimento adotado pelo e. Tribunal de origem estiver em conformidade com a jurisprudência consolidada do STJ.

1.1 Independentemente de integrarem os quadros associativos da autora na demanda coletiva, os poupadores detêm legitimidade ativa para o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública. REsp 1.391.198/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC.

1.2. A competência territorial limita o exercício da jurisdição e não os efeitos ou a eficácia da sentença, os quais possuem os "limites da lide e das questões decididas" (art. 468, CPC). A apontada limitação territorial dos efeitos da sentença não ocorre nem no processo singular, e também, como mais razão, não pode ocorrer no processo coletivo, sob pena de desnaturação desse salutar mecanismo de solução plural das lides."

**2. O reexame da ilegitimidade passiva do Banco recorrente e da preclusão da impugnação dos cálculos promovidos pelo exequente demandaria o revolvimento das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo v. acórdão recorrido, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado das Súmulas 5 e 7 do STJ.**

3. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF. Aplicação analógica.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1723278/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018)

**4.** Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

